

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 18/2018

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2018

(Contém 16 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ



CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 18/2018****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 6 DE SETEMBRO DE 2018**

Aos seis dias do mês de setembro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Albertina Maria Costa Oliveira, Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Não compareceu à reunião o Senhor Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz por se encontrar ausente da Ilha em gozo de férias.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Sandra Cristina Lima Madeira Bernardo, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio Pessoal.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 24 de agosto de 2018.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação a Senhora Presidente Cristina de Fátima Silva Calisto e o Senhor Vereador Nelson António Rosa dos Santos, porque não estiveram presentes naquela reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo,



aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e por quem secretariou a reunião.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou a falta do Senhor Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento.

ANTES DA ORDEM DO DIA:

ESPLANADA:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que verificou que a esplanada que se encontrava em frente ao estabelecimento Taberna 13/13, sita à Rua Dr. José Pereira Botelho, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, tinha sido retirada e questionou se foi por imposição da Câmara Municipal, tendo a Senhora Presidente respondido que foi por imposição da Câmara.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que já teve oportunidade de numa anterior reunião camarária propor que fosse criado um regulamento para disciplinar a criação de zonas de esplanada no concelho.

A Senhora Presidente e o Senhor Vereador Nelson Santos confirmaram que os serviços estão a elaborar o referido regulamento.

TOPONÍMIA DO PARQUE INDUSTRIAL DA CHÃ DO REGO D'ÁGUA:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou o ponto de situação das toponímias para as ruas do Parque Industrial da Chã do Rego D'Água, na freguesia do Cabouco, e se as individualidades cujos nomes foram atribuídos foram contactadas e se aceitaram que os seus nomes fossem atribuídos.

A Senhora Presidente respondeu que as pessoas foram contactadas e aceitaram e que, neste momento, estão a ser feitos os moldes de betão para a colocação dos painéis de azulejos para posterior montagem nas respetivas ruas.



EDIFÍCIO DA ANTIGA POUSADA E HASTA PÚBLICA PARA EXPLORAÇÃO DO RESTAURANTE:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou qual vai ser o valor da renda que a Escola Profissional Inetese irá pagar pelo arrendamento do edifício da antiga Pousada, ao que a Senhora Presidente respondeu que o valor da renda vai ser de 5.000,00€ mensais e aproveitou a oportunidade para informar a oposição de que está concluído o processo de concurso para exploração do restaurante sito no edifício da antiga Pousada, tendo o Restaurante Aromas das Ilhas ganho a hasta pública, com uma renda no valor de 1.500,00€ mensais.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou se houve mais concorrentes, tendo a Senhora Presidente respondido que o outro concorrente foi o Centro Social e Cultural da Atalhada.

Relativamente ao Centro Social e Cultural da Atalhada o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que há que ter em atenção o facto daquela instituição ainda não ter uma sede social, ao que a Senhora Presidente respondeu que a situação já estava em vias de ser resolvida, através da doação de um terreno por um particular, tendo a Câmara sido intermediária no processo, e estão em estreita ligação com a Direção Regional da Segurança Social para conseguir apoio financeiro para a construção da sede.

CONVITES:

Relativamente à questão colocada na última reunião de câmara sobre a presença dos Senhores Vereadores da Oposição nas receções, apresentação de cumprimentos e nos atos de maior importância ocorridos na Câmara Municipal, a Senhora Presidente esclareceu que todas as cerimónias ou eventos organizados pela Câmara Municipal, os Senhores Vereadores são convidados, dando como exemplos recentes a receção do Senhor Ministro da Cultura e o Campeonato Europeu de Patinagem, mas quando o convite é feito por outras entidades para uma audiência com a Presidente da Câmara, este destina-se exclusivamente à Presidente da Câmara e não ao executivo da Câmara, e aquando da receção e conforme o assunto, a presidente da Câmara convida o Vereador que tenha o respetivo pelouro para a acompanharem na receção.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que a explicação dada está perfeitamente clara.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que quando abordou essa questão não foi por questões de vaidade ou prepotência, foi apenas no sentido de estarem presentes nos momentos mais importantes, visto a Câmara ser um órgão pluripartidário e os convidados



terem várias sensibilidades políticas, religiosas e sociais. Acrescentou que percebeu a explicação dada pela senhora Presidente.

A Senhora Presidente da Câmara deu conhecimento aos Senhores Vereadores do convite enviado pela Associação Cultural e Recreativa “Os Quiridos” para assistirem à Reconstituição Histórica “As Lavadeiras” que irão realizar no domingo, dia 9 de setembro, nos Tanques do Paul, na freguesia de Água de Pau.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado informou que não poderá estar presente devido a compromissos já assumidos e o Senhor Vereador Roberto Oliveira disse que irá participar como figurante na referida Reconstituição Histórica.

ORDEM DO DIA:

PRESIDÊNCIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:

A Senhora Presidente apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Autarquia da Lagoa organizou Workshop de Comida Vegetariana e Biológica;
- Câmara da Lagoa congratulou os atletas lagoenses Daniel Moniz e Gonçalo Pereira do Clube de Patinagem de Santa Cruz;
- Câmara Municipal de Lagoa e CDOL promoveram Trail Urbano;
- Ribeira Chã recebeu a 1.ª Sessão do Inspiral com Produtos Locais Típicos;
- Campeonato da Europa de Patinagem Artística.

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:

PONTO N.º 2 – PROPOSTA – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI:

Foi presente a proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:



Constituem receitas dos municípios, o produto da cobrança do imposto municipal sobre imóveis (IMI), conforme previsto na alínea a) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;

O Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro que procedeu à reforma da tributação do património, aprovando os novos códigos do imposto municipal sobre imóveis (CIMI) e do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (CIMT), estabelece no n.º 5 do artigo 112.º que os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1 do citado artigo, nomeadamente:

c) Prédios urbanos – de 0,3 % a 0,45 %.

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere submeter à Assembleia Municipal, a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, no valor de:

c) Prédios urbanos – 0,3 %.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, a aplicar em 2019, no valor de 0,3 % para os Prédios urbanos, conforme estabelecido na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 3 – PROPOSTA – LANÇAMENTO DE DERRAMA:

Foi presente a proposta sobre o lançamento de derrama, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

Constituem receitas dos municípios, o produto da cobrança de derramas, conforme previsto na alínea c) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;

O n.º 1 do artigo 18.º da referida Lei refere que os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;

Dispõe ainda o n.º 12 do artigo 18.º da mesma Lei, na sua atual redação, que a Assembleia Municipal pode, sob proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €.

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere submeter à Assembleia Municipal, o seguinte:

- a) O lançamento anual da derrama, no valor de 0,95 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- b) Lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50 % para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €, nos termos do n.º 12 do artigo 18.º da referida Lei.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado informou que os vereadores do PSD votam contra essa proposta porque, na opinião deles, a derrama deveria, num período transitório, um quadriénio, passar a ser 0%, dando-se a devida propaganda da proposta, seria uma forma de captar investimento no concelho. A Senhora Presidente pode dizer que tem havido investimento no concelho e realmente tem havido alguns focos de investimento, mas o concelho precisa de mais investimento, tanto mais que, todos sabem tão bem como ele, que os programas ocupacionais têm vindo a diminuir e há a necessidade de ocupar de forma permanente as pessoas que vão sendo excluídas dos programas de emprego. Mais referiu que, em seu entender, a proposta do PSD é uma tentativa de minimizar aquela que é uma fronteira, cada vez maior, entre os que investem no tecnoparque com todas as benesses que o Regulamento Lagoa Investe permite e os outros que não investindo naquele espaço, no fundo e através da derrama, vão suportar a suportar os custos das benesses concedidas a outros.

Acrescentou o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado que crê que a derrama não representa grande valor ao orçamento municipal e acha que o executivo poderia dar essa nota positiva aos empresários, desta forma estariam a apoiar todas as atividades económicas e não apenas os novos investidores.

A Senhora Presidente referiu que todos os investimentos do tecnoparque estão sujeitos ao pagamento da derrama, tendo o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondido que estes beneficiam de um outro conjunto de regalias ao abrigo do Lagoa Investe, como a isenção do IMI, a redução das taxas de licenciamento, entre outros.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou à senhora Presidente da Câmara se aquando das visitas que tem feito pelas empresas da Lagoa, se os empresários nunca lhe pediram para baixar o valor da derrama ao que a Senhora Presidente respondeu que nunca lhe foi pedido isso, nunca abordaram sequer a questão da derrama, e que as suas preocupações estão relacionadas com os arruamentos, arranjos urbanísticos, sinalização, pinturas, entre outros, mas que nunca lhe falaram nessa situação.



O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se nos serviços camarários não existia uma listagem analítica de quem paga derrama no Concelho da Lagoa, porque seria uma maneira mais correta de se analisar o assunto em questão, tendo a Senhora Presidente respondido que não possuem essa informação, pese embora, a mesma já tenha sido solicitada e nunca foi fornecida, apenas é enviada uma listagem com os montantes recebidos.

Mais questionou o Senhor Vereador Roberto Oliveira qual o valor de derrama que as empresas do concelho estão a pagar, ao que a senhora presidente respondeu que o valor ronda os 60 a 70 mil euros.

A Senhora Presidente referiu que se o valor da derrama significasse um peso acrescido para as empresas e dado os contactos de proximidade com os empresários, estes certamente já teriam abordado essa questão.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira frisou que ninguém dúvida que o concelho da Lagoa está em ascensão, reconhecendo todo o trabalho que tem sido feito pelo executivo na divulgação, promoção e captação de investimento e há sinais disso, mas referiu que a derrama sempre foi um assunto que o preocupou e que a não aplicação da mesma seria mais uma medida atrativa e que iria ao encontro da captação de investimento.

O Senhor Vice-Presidente, Ricardo Mota, referiu que certamente existe um número, significativo, de empresas sujeitas ao pagamento do imposto da Derrama, no entanto, no seu entender, essa verba é importante para a autarquia e o mais relevante para as empresas é constatarem que o Município aplica bem o montante daí resultante, seja na melhoria das condições dos parques industriais e do tecido empresarial do concelho seja na aposta de soluções que incrementem a atividade e competitividade económica local com o consequente desenvolvimento dos seus negócios.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu ainda que o não pagamento de derrama pode ser um factor determinante para a instalação de uma empresa no concelho, referiu a título de exemplo que há concelhos no continente que adotaram essa medida para captar investimentos.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e dois votos contra dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar com a proposta de lançamento anual da derrama, no valor de 0,95 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;



2.º Concordar com a proposta de lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50 % para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €, nos termos do n.º 12 do artigo 18.º da referida Lei;

3.º De acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal as referidas propostas para autorização, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 4 – PROPOSTA – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):

Foi presente a proposta sobre a taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

A Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro que aprovou a Lei das Comunicações Eletrónicas prevê a possibilidade dos Municípios estabelecerem uma Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP);

Estabelece o número 3 do artigo 106.º da referida Lei, na redação da Lei n.º 127/2015, de 3 de setembro, com início de vigência em 8 de setembro de 2015, que a TMDP obedece aos seguintes princípios:

- a) A taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;
- b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 %.

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere submeter à Assembleia Municipal, a fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano de 2019, em 0,25 %.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano de 2019, em 0,25%.

PONTO N.º 5 – PROPOSTA – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS:

Foi presente a proposta sobre a participação variável no IRS, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:



O n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, refere que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do n.º 2 do artigo 69.º;

Dispõem ainda os n.ºs 2 e 3 do mesmo artigo que a participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos, sendo que a ausência da comunicação a que se refere o número anterior, ou a receção da comunicação para além do prazo aí estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios.

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere submeter à Assembleia Municipal, a aplicação da taxa de 5 % sobre a participação variável no IRS, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, a aplicação da taxa de 5 % sobre a participação variável no IRS, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

PONTO N.º 6 – PROPOSTA – REDUÇÃO DA TAXA DO IMI, PREVISTA NO ARTIGO 112.º-A DO CIMI - PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO:

Foi presente a proposta sobre a redução de taxa do IMI, prevista no artigo 112.º-A do CIMI - Prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

A Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março que aprovou o Orçamento do Estado para 2016, no seu artigo 162.º aditou ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, o artigo 112.º-A;

O n.º 1 do referido artigo 112.º-A refere que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:



Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20,00
2	40,00
3 ou mais	70,00

Refere ainda o n.ºs. 2 e 3 do referido artigo que a deliberação referida no número anterior deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, nos termos e prazo previstos no n.º 14 do artigo 112.º do Código do IMI. A verificação dos pressupostos para a redução da taxa do IMI é efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, de forma automática e com base nos elementos constantes nas matrizes prediais, no registo de contribuintes e nas declarações de rendimentos entregues.

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere submeter à Assembleia Municipal, a fixação de uma redução da taxa do IMI, no Município de Lagoa - Açores, prevista no artigo 112.º-A do CIMI, a aplicar aos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, a fixação de uma redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, prevista no artigo 112.º-A do CIMI, a aplicar aos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo.

PONTO N.º 7 – PROPOSTA – CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PRÉDIOS EM RUÍNAS PARA EFEITOS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS:

Foi presente a proposta sobre a classificação e avaliação de prédios em ruínas para efeitos de imposto municipal sobre imóveis - IMI, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

Por força do disposto no artigo 112.º, n.º 3, do Código de Imposto Municipal sobre Imóveis, adiante designado somente por CIMI, os prédios em ruínas têm as suas taxas agravadas ao triplo, por efeito da lei;

Para salvaguarda dos princípios da legalidade e imparcialidade a que a administração pública está sujeita, designadamente nos termos dos artigos 3.º e 6.º do Código do Procedimento Administrativo, respetivamente, importa estabelecer o conceito de prédios em ruínas a fim de assegurar a objetividade da sua classificação.

Na falta de diploma próprio que defina prédio em ruína, entende-se, técnica e juridicamente, que revestem as seguintes características:

- a) Edifícios antigos que ruíram ou desmoronaram, ou que foram parcialmente demolidos, que mantenham as fachadas exteriores;
- b) Edifícios descritos na alínea anterior que, para além das fachadas, mantenham, total ou parcialmente, as paredes-mestras;



- c) Restos de construções antigas que ruíram, que desmoronaram ou foram demolidas, nomeadamente fundações e paredes-mestras;
- d) Edifícios demolidos por iniciativa do proprietário ou por imposição administrativa, cuja estrutura estava em risco de ruína ou era irrecuperável;

Os prédios que constam da listagem anexa à presente proposta revestem aquelas características.

Nos termos do n.º 16 do artigo 112.º do CIMI, a identificação de prédios e frações urbanas em ruínas compete à Câmara Municipal, e deverá ser comunicado aos Serviços de Finanças, até 31 de dezembro.

Contudo, a classificação final de prédio em ruína depende de audiência dos interessados, a realizar nos termos do artigo 100.º do CPA.

Assim, deverá a Câmara Municipal considerá-los como tal, sem prejuízo da eventual alteração que do exercício do direito da audiência dos interessados possa vir a resultar.

Por conseguinte, proponho que se delibere:

- a) Aprovar o conceito de prédios em ruínas acima explicitado e, em consequência, considerar como tais os prédios constantes da listagem anexa, sem prejuízo do que eventualmente resulte do procedimento de audiência dos interessados que será concedido aos respetivos proprietários;
- b) Determinar que os serviços competentes procedam ao procedimento de audiência dos interessados;
- c) Conferir à Presidente da Câmara Municipal, em execução da presente deliberação, os poderes para decidir dos procedimentos de audiência dos interessados.”

Relativamente ao direito de audiência, o Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou de que forma este é exercido pelos proprietários e o que costumam alegar.

A Senhora Presidente da Câmara explicou que depois dos prédios serem considerados como ruínas, é enviada uma notificação ao proprietário, informando-o da intenção de considerar o seu imóvel como ruína, e dando-lhe o direito de audiência para se pronunciarem sobre o assunto. Depois o proprietário pode redigir uma carta à Câmara ou dirigir-se à Câmara para comunicar que já estão a preparar projeto para recuperar o imóvel, ou que, entretanto, o projeto já deu entrada nos serviços, ou que já existe comprador para o imóvel. Nesses casos, aquele imóvel é retirado da listagem que é enviada às Finanças.

Esclareceu ainda, que o agravamento para o triplo do valor do IMI não ocorre todos os anos uma vez que após o imóvel ser declarado como ruína, o valor mantém-se majorado ao triplo enquanto o proprietário não recuperar o imóvel, ou seja não há o aumento de 3 vezes todos os anos, sendo que essa situação tem gerado algumas dúvidas junto dos proprietários.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que irá se abster nessa votação porque percebendo o que está em causa, não concorda com o princípio de onerar as famílias.



Expôs que esse mecanismo foi criado em 2012 e desde então não sofreu qualquer alteração ou revisão, continua no estado bruto, e no seu entender, é importante que o mesmo tenha alguma atenção no sentido de melhorar essa proposta para criar mais justiça social. Julga que esse mecanismo foi criado única e exclusivamente com vista à arrecadação de receita e veio onerar ainda mais a vida das famílias, algumas das quais não têm disponibilidade financeira para proceder à reabilitação dos seus imóveis.

A Senhora Presidente da Câmara refutou a afirmação do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, dizendo que essa Lei não visa a arrecadação de receita, mas sim a recuperação do património urbanístico, pois com esta medida o proprietário ficar impelido a tomar uma posição para recuperar o seu edificado que está degradado.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Mota, salientou que a existência de prédios em ruínas acaba por pôr em causa todo o conjunto habitacional onde se insere, os proprietários têm a responsabilidade de zelar pelos seus imóveis e pode, eventualmente, haver pessoas que não possuem meios financeiros para os recuperar mas existem, certamente, outros mecanismos para intervir, ou por via da recuperação, ou por via do apoio pela ação social ou pela venda do próprio imóvel e é no pressuposto do respeito pelo conjunto habitacional edificado que foi criada essa Lei.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu, novamente, que percebe perfeitamente o espírito do legislador, no sentido de “empurrar” ou “obrigar” as pessoas na direção da recuperação dos seus imóveis, mas no seu entender, essa medida carece de ser revista, através da introdução de outros mecanismos ou até por força da Lei, especificando a título de exemplo, que poderia passar pela posse administrativa do imóvel, tendo como justificação no limite um aspeto muito importante como é a segurança ou, o que a falta dela possa significar, a queda ou derrocada do imóvel que pode acontecer, provocando danos ou até vítimas mortais, e acrescentou que o Estado deveria, no limite, adotar essa medida de força com vista à recuperação do imóvel e que em sua opinião o modelo atual é uma forma clara de arrecadar receita e têm de ter a humildade de perceber quando as coisas não estão corretas e considera ser um sistema injusto para os municípios. Frisou que uma ruína não passa simplesmente à condição de habitável, após a realização de pequenas obras tem de passar obrigatoriamente por um processo de licenciamento e respetivas taxas, o que implica uma despesa acrescida que irá pesar bastante no orçamento das famílias, bem como no valor comercial do imóvel quando posto à venda nestas condições.

A Senhora Presidente da Câmara explicou que não é possível tomar a posse administrativa de um imóvel.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira informou que, cada um pensa e vota pela sua cabeça, mas também se irá abster nessa votação, apesar de ser concedido o direito de audiência aos proprietários que permite a oportunidade de se defenderem, no entanto, e por



também compreender as razões expostas pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, vai se abster em solidariedade para com ele.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Aprovar o conceito de prédios em ruínas acima explicitado e, em consequência, considerar como tais os prédios constantes da listagem anexa, sem prejuízo do que eventualmente resulte do procedimento de audiência dos interessados que será concedido aos respetivos proprietários;

2.º Determinar que os serviços competentes procedam ao procedimento de audiência dos interessados;

3.º Conferir à Presidente da Câmara Municipal, em execução da presente deliberação, os poderes para decidir dos procedimentos de audiência dos interessados.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO:

PONTO N.º 8 – PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL 2018:

Pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, foi presente o Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira do semestre findo, em 30 de junho de 2018, deste Município, incluída no Balanço e na Demonstração dos Resultados e nos Mapas de Execução Orçamental, a fim de ser submetido à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter o Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira Semestral à Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:

PONTO N.º 9 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 5 de setembro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 994.256,75 € (novecentos e noventa e quatro mil duzentos e cinquenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.



UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO URBANA E INFRAESTRUTURAS:**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:****PONTO N.º 10 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – FREGUESIA DE SANTA CRUZ:**

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Sandra Paula Melo Ponte Silva Silva, viúva, residente na Rua Dr. José Pacheco Vieira, n.º 109-D freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade do prédio rústico sito ao Loureiro, freguesia de Santa Cruz, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 428/Santa Cruz e inscrito na matriz predial rústica sob os artigos 33 e 34 da Secção Q/Santa Cruz.

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar do seguinte:

Os requerentes requerem parecer favorável nos termos do art.º 54 da Lei 91/95, de 2/9 na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23/08, referente à aquisição, em regime de compropriedade, de um prédio inscrito na matriz predial rústica sob o art. 33 e 34 e Secção Q da freguesia de Santa Cruz.

A referir que do pedido de doação do aludido prédio, não resulta parcelamento físico, nem jurídico do mesmo, ou que a presente constituição de compropriedade possa contrariar um qualquer instrumento de gestão territorial, ao abrigo do n.º 2 do art. 54 da lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação.

O Gabinete Técnico desta autarquia nada tem a opor à constituição de compropriedade.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, não haver inconveniente no pedido acima indicado.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.



ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 10:00 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu *Sandra Madalir Bernardo*, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio Pessoal, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Cristina Calisto
CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO